



EESC Info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

December 2023 | PT



A perspetiva dos cidadãos – 4.^a temporada, episódio 3 – COP28: Será que o Dubai nos dará as respostas de que tanto precisamos?

Bem-vindo ao *podcast* do Comité Económico e Social Europeu «A perspetiva dos cidadãos». Neste episódio, analisamos a COP28, que se realiza no Dubai, onde o mundo se reúne para abordar a questão

premente das alterações climáticas. Contamos com a participação de vozes perspicazes: **Anna Gumbau**, jornalista especializada em questões climáticas, **Diandra Ní Bhuachalla**, delegada do CESE para a juventude, **Willem Vriesendorp**, fundador e diretor executivo da Sustainable Public Affairs, e **Jule Könnike**, do Instituto Alemão para os Assuntos Internacionais e Segurança.

Começamos com o ponto de vista de Anna Gumbau sobre a escolha controversa de Dubai como local para a realização da COP28, abordando os desafios que os jornalistas enfrentam ao cobrir eventos tão importantes. Diandra Ní Bhuachalla destaca a urgência de fazer ouvir as vozes dos jovens nos debates sobre o clima e partilha connosco a sua esperança de que seja celebrado um tratado de não proliferação de combustíveis fósseis. Willem Vriesendorp insiste na necessidade de as empresas assumirem um papel de liderança em matéria de sustentabilidade, ao passo que Jule Könnike explora as dimensões de segurança da política para as alterações climáticas e o papel da sociedade civil. (tk)

Available Languages:

ES	BG	CS	DA	EN	DE	ET	FR	EL	GA	HR	IT	LV	LT	HU	MT
NL	PL	PT	FI	RO	SK	SL	SV								

EDITORIAL



Editorial

Caras leitoras, Caros leitores,

Com o fim de 2023 à vista, gostaria de refletir por um momento sobre os marcos importantes alcançados pelo nosso Comité este ano.

Quando assumi funções em abril, comprometi-me a tornar o **CESE numa plataforma mais inclusiva e aberta**, através da qual os europeus, e em especial **os jovens**, pudessem manifestar as suas preocupações e opiniões. Orgulho-me de poder afirmar que o CESE fez grandes progressos e é agora a primeira instituição da UE a realizar a avaliação da perspetiva dos jovens pela UE. Tal significa que os jovens participarão no nosso processo de elaboração de pareceres para partilharem os seus pontos de vista sobre temas fundamentais para o seu futuro como, por exemplo, mundos virtuais, economia e democracia. O Grupo do CESE para a Juventude acompanhará de perto essas atividades e assumirá a liderança de iniciativas internas relacionadas com a juventude.

Lançámos um apelo em prol de um **Pacto Azul Europeu**, que constitui uma estratégia abrangente em matéria de água para a Europa. Trata-se de uma questão que o Comité, agindo coletivamente, tem tentado estabelecer como prioridade política para o próximo mandato da Comissão Europeia. Acredito que criámos uma dinâmica e que devemos mantê-la. Face ao aumento das secas, das inundações e das vagas de calor, o Pacto Azul Europeu surge num momento crucial. A Europa precisa urgentemente de uma abordagem autónoma e transversal da gestão dos recursos hídricos, pois não há tempo a perder.

A Europa enfrenta um novo contexto geopolítico e, tal como afirmou a presidente Ursula von der Leyen, temos de estar presentes neste momento histórico. Estou firmemente convicto de que os países candidatos à adesão à UE necessitam de

ações concretas. O CESE está a contribuir nesse sentido, sendo pioneiro e integrando progressivamente esses países. Adotámos uma iniciativa sobre os **membros por um país candidato à adesão**, ao abrigo da qual os representantes da sociedade civil dos países candidatos à adesão à UE participarão no nosso trabalho consultivo a partir de 2024. Tive a oportunidade de dialogar com a sociedade civil da região dos Balcãs Ocidentais no nosso Fórum da Sociedade Civil, realizado em Salónica, e com a sociedade civil da Ucrânia na minha última visita a Kiev. A minha mensagem foi clara: **o CESE é um parceiro credível que honra os seus compromissos**. Estou convicto de que esta é a via certa a seguir.

Estes são apenas alguns dos principais destaques de 2023, mas permitam-me reiterar que estes marcos não poderiam ter sido alcançados sem o esforço coletivo desta casa, dos nossos membros e do nosso pessoal. Agradeço a todos a determinação e o empenho em ser a voz da sociedade

civil.

O início do novo ano coincidirá com o começo da Presidência belga do Conselho da UE. Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer aos nossos colegas espanhóis pelo seu trabalho árduo e pela sua dedicação ao longo da sua presidência. Aguardo com expectativa a oportunidade de colaborar com a Presidência belga do Conselho.

Por fim, desejo-vos boas festas e espero que possamos continuar o nosso importante trabalho no próximo ano.

Oliver Röpke

Presidente do CESE

AGENDA

13 e 14 de dezembro de 2023, Bruxelas

Reunião plenária do CESE

15 de dezembro de 2023, Bruxelas

[Como promover a concretização da visão a longo prazo para as zonas rurais da UE?](#)

18 de dezembro de 2023, Bruxelas

[O caminho a percorrer pela economia da UE em 2024](#)



DIRETO AO ASSUNTO

A rubrica «Direto ao assunto» recebe Diandra Ní Bhuachalla, que representará o Comité Económico e Social Europeu (CESE) enquanto delegada do CESE para a juventude nas cimeiras da COP em 2023 e 2024.

Diandra Ní Bhuachalla é a delegada do CESE para a juventude que estará presente na COP28 e na COP29. É também embaixadora mundial das Futuras Gerações junto do Gabinete do Comissário das Futuras Gerações para o País de Gales e da «Foundations for Tomorrow», bem como membro da rede de jovens e estudantes da UNESCO para o ODS4 e membro do programa de

conversas sobre futuros comuns (Common Futures) da Chatham House. Foi a delegada irlandesa da juventude nas Nações Unidas de 2021 a 2022 e trabalha agora com o Conselho Nacional da Juventude da Irlanda, coordenando o programa de delegados da juventude das Nações Unidas e o programa de delegados da juventude para o clima. Tem mais de doze anos de experiência de ativismo a nível local, nacional e internacional, centrando-se na igualdade de género, na educação de qualidade, na justiça climática e na paz e segurança. Diandra Ní Bhuachalla é licenciada em Assuntos Governamentais e em Direito, tendo igualmente um mestrado em Políticas Públicas Internacionais e Diplomacia da University College Cork.



«SE AS RECENTES CATÁSTROFES CLIMÁTICAS NÃO FOREM SUFICIENTES PARA CHEGAR A ACORDO NA COP28, O QUE SERÁ?»

Enquanto jovem delegada que participa na sua primeira COP, decidi encará-la com uma mente aberta e um toque de otimismo ingénuo. Esta semana, a temperatura do planeta foi 2 °C superior aos níveis pré-industriais. Se isto, juntamente com as terríveis inundações, incêndios florestais, secas e sismos a que assistimos este ano em todo o mundo, não é suficiente para chegar a acordo sobre o fim da utilização de combustíveis fósseis, em consonância com a proposta de tratado de não proliferação dos combustíveis fósseis, não sei o que será.

É extremamente oportuno que o trabalho da nossa delegação se centre na agricultura e na segurança alimentar, no programa de trabalho para uma transição justa e no financiamento da luta contra as alterações climáticas. A estas temáticas juntam-se os meus próprios interesses, que incluem a justiça climática e a intersecção das alterações climáticas com a igualdade de género, a paz e a segurança.

Apesar de os jovens terem um acesso limitado às salas de negociação, acredito que a nossa voz desempenha um papel crucial na definição dos resultados da COP28. Se hoje temos acordos sobre o clima em vigor – ainda que estes fiquem aquém do que é realmente necessário –, tal deve-se à pressão incessante exercida pelos jovens sobre os responsáveis políticos. Os pontos de vista dos jovens são tão válidos como todos os outros e devem ser escutados, sobretudo se tivermos em conta que será a minha geração que sofrerá de forma mais duradoura as consequências

da inação climática.

A minha paixão pela ação climática deve-se a três fatores principais:

- a consciência de que as alterações climáticas afetam toda a gente sem distinção e geram problemas para a igualdade de género, a paz e a segurança;
- a abundância de informação facilmente acessível, que permite aos jovens educarem-se e tomarem consciência do impacto global das alterações climáticas;
- a frustração com a inação dos responsáveis políticos no domínio climático, que nos obriga a exigir mudança.

Na COP28, espero encontrar pessoas de diversas origens, ouvir as suas histórias, expandir os meus conhecimentos e despertar a minha esperança no futuro. Porém, continuo apreensiva quanto à possibilidade de este meu entusiasmo se converter em temor. Veremos se as medidas acordadas e a sua execução estarão à altura do desafio.

«UMA PERGUNTA A...»



Uma pergunta a...

Na nossa coluna «Uma pergunta a...», pedimos a **Dovilė Juodkaitė**, membro do CESE, que nos falasse do relatório que elaborou recentemente sobre a revisão da diretiva da UE relativa à proteção dos direitos das vítimas da criminalidade.



Vítimas precisam de direitos reforçados e de apoio e proteção em toda a UE

CESE Info: Segundo dados da Comissão Europeia, todos os anos, 15% dos cidadãos europeus são vítimas de um crime. Essas vítimas carecem de acesso à informação, apoio e proteção. O que propõe o CESE para estabelecer normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade?

Dovilė Juodkaitė: A revisão da Diretiva Direitos das Vítimas, proposta pela Comissão Europeia, visa reforçar os direitos das vítimas e assegurar-lhes apoio e proteção em toda a UE. Foca aspetos fundamentais que são cruciais para garantir os direitos das vítimas ao longo de todo o processo judicial: acesso à informação, apoio personalizado, direitos processuais e indemnização. O CESE apoia a proposta e propõe melhorar algumas disposições específicas.

Embora não deva existir uma hierarquia entre vítimas e tipos de crimes, algumas vítimas podem necessitar de apoio adicional. O CESE congratula-se com as alterações que visam melhorar a avaliação individual das vítimas e apoia as medidas específicas destinadas às vítimas vulneráveis, nomeadamente as crianças e as pessoas com deficiência.

Em virtude das diferenças entre os Estados-Membros, o CESE propõe à Comissão que elabore orientações pormenorizadas relativas à avaliação, a fim de clarificar as obrigações das autoridades competentes, salientando o reforço das obrigações de formação dos profissionais sobre os direitos das vítimas, bem como de acesso à informação. O CESE manifesta preocupação com a inclusão dos problemas de saúde mental na lista de crimes e comportamentos perigosos quando se avalia o risco do autor do crime, pelo que defende a sua exclusão. Devem ser tidos em conta apenas os fatores relacionados com a perigosidade da pessoa, a fim de acabar com a discriminação das questões de saúde mental.

A diretiva confere às vítimas o direito de reexame das decisões judiciais de forma independente, o que é crucial para uma participação ativa na justiça. O CESE apela para uma rápida notificação deste direito, de modo a acelerar os processos de reexame. Apoia igualmente o facto de se melhorar o acesso à indemnização em tempo útil, fazendo o Estado pagar de acordo com a decisão relativa à indemnização e, posteriormente, recuperar esse montante junto do autor do crime.

A aplicação da diretiva é essencial para uma proteção coerente dos direitos das vítimas em toda a União. O CESE insta os Estados-Membros a atribuírem financiamento adequado para a transposição e a aplicação da diretiva e salienta o papel da Comissão para reforçar o financiamento da UE e apoiar os Estados através de normas comuns e formatos de comunicação de informação para a recolha de dados. Propõe a realização de estudos e inquéritos sobre as vítimas, utilizando uma metodologia unificada, com a participação dos serviços de apoio à vítima e das organizações da sociedade civil na elaboração das normas e dos formatos. É importante prosseguir o trabalho da Plataforma para os Direitos das Vítimas, criada no âmbito da Estratégia sobre os Direitos das Vítimas 2020-2025, a fim de orientar e apoiar os Estados-Membros na transposição e na aplicação da diretiva. Por conseguinte, o CESE exorta a Comissão a adotar a estratégia para o próximo mandato e insta os Estados-Membros a adotarem estratégias ou programas nacionais sobre os direitos das vítimas e a reforçarem a coordenação e a cooperação nos processos transfronteiriços.

A revisão da diretiva é um passo na direção certa. Identificando os elementos em que há margem para melhorias, o CESE solicita à Comissão e aos Estados-Membros que se certifiquem de que esta revisão garante justiça para todas as vítimas.

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



O convidado surpresa

Na rubrica «O convidado surpresa» do nosso boletim, apresentamos personalidades excepcionais do mundo da cultura, da política, da ciência, do jornalismo e de outras esferas da vida pública, cujo trabalho, empenho e dedicação podem servir de inspiração graças às suas histórias e testemunhos.

O nosso convidado de dezembro é **Willem Vriesendorp**, fundador e diretor executivo da #SustainablePublicAffairs. Partilha connosco os seus pontos de vista sobre a COP28, que este ano decorre de 30 de novembro a 12 de dezembro no Dubai, e sobre a questão das alterações climáticas. Este tipo de conferência pode contribuir para mudar a mentalidade dos cidadãos em relação às alterações climáticas? Ou desperta a nossa atenção e sensibilidade às alterações climáticas e às suas consequências para o planeta? A COP28 é a 28.ª reunião anual das Nações Unidas sobre o clima, em que os governos debatem as formas de limitar as alterações

climáticas e de se preparar para as enfrentar no futuro.

Willem Vriesendorp foi considerado um dos melhores consultores de assuntos públicos pela Best in Brussels e pela revista *Mace*. Este ano, o *Politico* anunciou-o como um dos 40 principais influenciadores em Bruxelas.



«Chegou o momento de agir»

Por Willem Vriesendorp

A sustentabilidade só será duradoura se resultar de um processo democrático. O facto de que, todos os anos, as partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) se reúnem é algo positivo. A Conferência das Partes (COP) constitui um diálogo muito necessário e demonstra que acreditamos numa solução democrática para este problema.

Uma questão muitas vezes ignorada no debate sobre a sustentabilidade é a dimensão temporal. Creio que se pode afirmar que ninguém é contra a sustentabilidade ambiental. No entanto, existem diferenças quanto ao nível de ambição sobre o tempo necessário para alcançar determinados limiares e objetivos. A COP devia acelerar esse processo, mas também pode ter o efeito contrário se só servir de tertúlia centrada na resolução dos sintomas e não da raiz do problema. Nesse caso, o seu efeito é negativo e equivalerá a ecomaquilhagem.

No respeitante à COP28, gostaríamos de ver três resultados. Em primeiro lugar, um plano de ação concreto que ponha fim aos investimentos em novas energias de origem fóssil e elimine rapidamente as fontes existentes deste tipo de energia. Em segundo lugar, um acordo sobre perdas e danos. Não há dúvida de que os ombros mais largos devem suportar as cargas mais pesadas, sobretudo tendo em conta que o Ocidente monetizou os bens públicos em proveito próprio durante séculos, pelo que necessitamos de um acordo sobre perdas e danos. Tal só ocorrerá se o Norte Global aceitar pagar. Em terceiro lugar, uma revisão aprofundada dos mercados e sistemas mundiais de capital. Temos de pôr um preço nas externalidades ambientais e na poluição, de forma que seja mais difícil financiar projetos poluentes.

Esta COP será particularmente interessante, porque apresentará os resultados do primeiro balanço mundial. Escusado será dizer que estamos num caminho muito mau. No sábado passado, pela primeira vez na História, a temperatura média mundial ultrapassou os +2 °C de

aquecimento, situação de que poucos se aperceberam. É necessário agir imediatamente. Isto significa que a presidência da COP28 terá de desempenhar um papel que exigirá uma autodisciplina e uma previsão extremas, pois aquilo que deve fazer é comparável a o melhor restaurante de hambúrgueres da cidade defender a proibição da venda de hambúrgueres e uma lei que só permita a venda de hambúrgueres de origem vegetal.

Não me ocorrem muitos exemplos de cientistas humildes no domínio comportamental e de liderança como o de Daniel Kahneman, que nos disse que tal autodisciplina e previsão são extremamente raras e quase impossíveis de reunir numa única pessoa.

É por isso que devemos criar pressão externa, e é aí que as organizações da sociedade civil são essenciais. Consideramos igualmente que os pioneiros da sustentabilidade, ou seja, as empresas que já vão além das normas ambientais em vigor, têm um papel importante a desempenhar. Devemos garantir que elas fazem

ouvir a sua voz e mostram aos negociadores que a sustentabilidade é um processo aceitável para as empresas. E de que não se trata apenas de um processo que nos aproxima dos nossos objetivos climáticos e ambientais, mas que também representa uma oportunidade de negócio.

Na #SustainablePublicAffairs, é exatamente isso que fazemos: somos a primeira agência de lóbi que trabalha apenas em casos com um impacto positivo no ambiente. A nossa missão é fazer com que a atuação dos pioneiros da sustentabilidade seja a norma, defendendo que se reforce a ambição das políticas ambientais.

Convidamos toda a indústria de serviços profissionais a desempenhar um papel mais positivo e responsável. Atualmente, a maioria das consultoras (estratégicas), empresas de auditoria, escritórios de advogados, assessores de comunicação, assessores de relações públicas e similares dedicam-se de corpo e alma a trabalhar em casos que vão contra o Acordo de Paris. Consideramos muito importante que tais indústrias capacitantes adotem uma posição e escolham os seus clientes: ninguém deve trabalhar enquanto «pessoa coletiva» para incentivar causas que, enquanto «pessoa singular», não desejaria que se concretizassem.

Acreditamos que, se os pioneiros da sustentabilidade e a indústria de serviços profissionais fizerem ouvir a sua voz, a presidência da COP28 compreenderá que a sustentabilidade é um bom negócio – o negócio do futuro. Chegou o momento de agir, e devemos adotar quanto antes todas as medidas necessárias. Há muito tempo que deixámos de nos poder dar ao luxo de fazer prognósticos para o futuro. Temos de começar a fazer uma análise retrospectiva de onde queremos que o mundo esteja em 2050 e isso, infelizmente, significa que devemos antecipar algumas das medidas mais difíceis.

Só conseguiremos fazê-lo se nos unirmos.

Este artigo foi escrito antes de a COP28 ter terminado.

NOTÍCIAS DO CESE



Dar forma ao financiamento sustentável: propostas do CESE para um regulamento relativo à notação ASG

O CESE analisou a proposta da UE que visa regulamentar as atividades de notação ambiental, social e de governação (ASG). Num parecer adotado em outubro de 2023, o Comité salienta a necessidade de normas de qualidade para combater a ecomaquilhagem e defende a inclusão obrigatória do princípio da dupla materialidade.

As definições de «notação ASG» e de «prestador de serviços de notação ASG» devem ser aperfeiçoadas para excluir certas atividades não comerciais do âmbito de aplicação do regulamento. O CESE recomenda igualmente a criação de uma agência da UE para a sustentabilidade.

A notação ASG orienta os investimentos para práticas sustentáveis, contribuindo para a transição para uma economia com impacto neutro no clima. **Krzysztof Balon**, relator do CESE, congratulou-se com a proposta da Comissão e salientou «a necessidade de dispor de normas rigorosas, de assegurar a transparência e de prevenir conflitos de interesses para promover a confiança nos mercados financeiros e uma economia com impacto neutro no clima».

A fim de garantir a qualidade e combater a ecomaquilhagem, o CESE propõe um processo de autorização e requisitos organizacionais para os prestadores de serviços de notação ASG. Entende também ser necessário introduzir a norma de «dupla materialidade», que obriga as empresas a comunicarem o impacto da sustentabilidade na atividade da empresa, bem como na sociedade e no ambiente. «O objetivo é reforçar a fiabilidade da informação através de uma concorrência regulamentada entre prestadores de serviços», afirmou o correlator do CESE, **Andrea Mone**.

Além disso, o CESE propõe que a notação ASG seja aperfeiçoada e que se exclua da regulamentação as avaliações não comerciais efetuadas por determinados grupos. O Comité defende a criação de uma agência da UE para a sustentabilidade para colmatar as deficiências do mercado, notando as PME, os prestadores de serviços e as empresas da economia social. Essa agência restabeleceria a confiança do público nos mercados financeiros e facilitaria a resolução de litígios, um aspeto que o CESE considera prioritário. (tk)



#ReskillEU – Trabalhadores dos setores europeus da energia e dos transportes precisam de novas competências para tornar a descarbonização uma realidade

A conferência sobre o tema «#ReskillEU - Novos empregos para os setores da energia e dos transportes na Europa», coorganizada pela Secção TEN e pela DG Investigação e Inovação da Comissão Europeia, que teve lugar em 8 de novembro de 2023, em Bruxelas, lançou uma mensagem clara: para concretizar as transições nos setores da energia e dos transportes, a UE deve dispor de um plano estruturado e eficiente destinado a desenvolver as competências críticas necessárias.

Para obter energias e transportes limpos, são urgentes novas competências, conhecimentos e capacidades, e o percurso da UE rumo a emissões líquidas nulas até 2050 só poderá ser bem-sucedido se for acompanhado de uma mão de obra dotada do conjunto de competências

adequado.

Ao evocar a importância de dispor de «novas competências e conhecimentos para uma transição ecológica e digital harmoniosa nos setores dos transportes e da energia», **Oliver Röpkke**, presidente do CESE, afirmou: «Na consecução dos objetivos ligados à transição ecológica e digital não nos podemos esquecer do aspeto humano. Temos de assegurar que todos os membros da sociedade fazem parte desta transição.»

A fim de assegurar que os trabalhadores dispõem das «novas» competências necessárias, a UE deve agir agora, em consonância com os objetivos estabelecidos na Agenda de Competências para a Europa para 2025 e no contexto do Ano Europeu das Competências 2023.

O setor das energias renováveis da UE necessita atualmente de mais de 1,2 milhões de trabalhadores qualificados e, de acordo com a Agência Internacional para as Energias Renováveis, prevê-se que estes números aumentem anualmente até 2050.

O mesmo se aplica ao setor dos transportes, que emprega mais de 15 milhões de pessoas na UE. Este setor encontra-se em rápida transformação, que se deve em grande medida à automatização, à eletrificação e às tecnologias verdes.

«Quando olhamos para os setores da energia e dos transportes na Europa, a magnitude do desafio das competências torna-se evidente», salientou **Baiba Miltoviča**, presidente da Secção TEN. «Temos de assegurar que os nossos esforços se dirigem, antes de mais, ao desenvolvimento de conhecimentos e competências. Tal implica um empenho na aprendizagem contínua, na requalificação e na melhoria de competências, a fim de dar resposta às necessidades em evolução.» (mp)



#RareDiseases – UE precisa de estratégia para ajudar 36 milhões de pessoas com doenças raras na Europa

Na conferência que organizou em Bilbao, em 10 e 11 de outubro de 2023, o CESE instou vivamente a União Europeia a lançar um plano de ação europeu para lutar contra as doenças raras.

O objetivo principal consiste em reforçar a cooperação entre os sistemas nacionais de saúde, a fim de assegurar diagnósticos, tratamentos e cuidados de melhor qualidade às pessoas com doenças raras.

As doenças raras constituem um problema grave em todos os Estados-Membros da UE, podendo a incipiente União Europeia da Saúde desempenhar um papel fundamental no combate a estas doenças.

Na prática, as doenças raras são, na realidade, menos raras do que se poderia pensar. Os valores são alarmantes: existem atualmente mais de 7 000 doenças raras, que afetam 8% da população da UE, ou seja, cerca de 36 milhões de pessoas.

Organizada pela Secção dos Transportes, Energia, Infraestruturas e Sociedade da Informação (TEN), a conferência reuniu 50 oradores, 45 membros do CESE, a diretora-geral para a Saúde e a Segurança dos Alimentos da Comissão Europeia, três deputados ao Parlamento Europeu e cerca de 550 participantes de toda a Europa.

«A União Europeia da Saúde que estamos a construir deve assegurar proteção e assistência a todos os cidadãos. Temos o dever de apoiar as pessoas que vivem com doenças raras e as suas famílias. Os nossos esforços continuarão a fazer a diferença para todas as pessoas afetadas por este problema», afirmou **Stella Kyriakides**, comissária europeia da Saúde e Segurança dos Alimentos.

«O facto é que as "doenças raras" não são raras. Trata-se de um desafio pan-europeu que exige uma solução pan-europeia», declarou **Oliver Röpke**, presidente do CESE. «Necessitamos de um plano de ação europeu que permita que os doentes com doenças raras sejam tratados no Estado-Membro da UE mais adequado. Eles merecem os melhores cuidados, independentemente do local em que estejam disponíveis na Europa», acrescentou **Baiba Mitroviča**, presidente da Secção TEN. (mp)



Delegação do CESE ajuda a moldar o futuro do nosso clima na COP28

A COP28 proporciona às nações uma ocasião excelente para reafirmar e reforçar os seus compromissos na luta contra as alterações climáticas. O Acordo de Paris, celebrado na COP21, desbravou o caminho dos esforços coletivos para limitar o aumento da temperatura mundial. Na COP28, os países têm a oportunidade de reavaliar e reforçar os seus objetivos para o clima, assegurando que se mantêm em consonância com as análises científicas mais recentes e que dão resposta à urgência crescente da crise climática.

A 28.ª Conferência das Partes (COP28) decorre de 30 de novembro a 12 de dezembro de 2023, no Dubai, Emirados Árabes Unidos. O CESE participa ativamente nas negociações anuais.

A COP28 marca a conclusão do primeiro [balanço mundial](#) da aplicação do Acordo de Paris. Cada balanço constitui um processo com duração de dois anos, lançado de cinco em cinco anos, para avaliar os progressos coletivos a nível mundial na consecução dos objetivos para o clima. O primeiro balanço mundial ocorre a meio do período de execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo o Objetivo n.º 13 (ação climática).

Numa [carta](#) enviada às partes, em julho de 2023, a Presidência anunciou que a COP28 se centrará em quatro mudanças de paradigma:

- acelerar a transição energética e reduzir as emissões antes de 2030;
- transformar o financiamento da ação climática, ao cumprir as promessas antigas e estabelecer o quadro para um novo acordo sobre o financiamento;
- colocar a natureza, as pessoas, a vida e os meios de subsistência no centro da ação climática;
- mobilizar esforços a favor da COP mais inclusiva de sempre.

A delegação do CESE faz parte da delegação da UE e conta com a participação do presidente do CESE, **Oliver Röpke**, dos seis membros que compõem o [Grupo Eventual para a COP](#), **Peter Schmidt**, **Isabel Caño Aguilar**, **Josep Puxeu Rocamora**, **Antje Sabine Gerstein**, **Neža Repanšek** e **Arnaud Schwartz**, e ainda de [Diandra Ní Bhuachalla](#), delegada do CESE para a juventude na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. (ks)



Avaliação dos progressos dos ODS: apelo à ação

Num mundo que se esforça por alcançar um progresso sustentável, é patente que, a meio caminho do calendário de concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, grandes desafios se avizinham. No seu parecer adotado na reunião plenária de outubro, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) salienta a necessidade de a União Europeia (UE) adotar uma estratégia integrada e abrangente, com objetivos e planos ambiciosos a longo prazo.

Um relatório recente das Nações Unidas revela tendências alarmantes, indicando que apenas 12% das cerca de 140 metas dos ODS estão no bom caminho a nível mundial. O CESE apela para que a UE assuma um compromisso político duradouro, que envolva a participação das partes interessadas numa fase precoce e recursos suficientes. O Comité salienta que os ODS devem permanecer um compromisso para além de 2030.

O CESE salienta a importância de a Comissão assumir um compromisso político a longo prazo, que vá além do presente mandato. Este compromisso deve incluir a participação das partes interessadas numa fase precoce, a representação de outras instituições e recursos adequados para garantir uma participação inclusiva das organizações da sociedade civil. O CESE acredita vivamente que os ODS devem permanecer um compromisso de longo prazo, mesmo após 2030.

Maria Nikolopoulou, relatora do parecer, afirmou: «Instamos a Comissão a manter a execução dos ODS no topo da agenda política, mesmo após 2030, e a disponibilizar os meios para elaborar uma estratégia global da UE para o próximo mandato.»

Para acelerar os progressos, o CESE recomenda que se passe de uma abordagem compartimentada para uma abordagem holística, simplificando as políticas de desenvolvimento sustentável. É essencial envolver diversos setores, nomeadamente a sociedade civil, os setores público e privado, o meio académico e as organizações de mulheres e de jovens. O CESE defende a realização de um diálogo estruturado da sociedade civil com a participação das empresas, dos sindicatos e das organizações que trabalham no terreno.

«Os ODS continuam a ser extremamente pertinentes. Devemos continuar a envidar esforços conjuntos para os concretizar», declarou **Antje Gerstein**, correlatora. (ks)



Nunca antes os Balcãs Ocidentais estiveram tão próximos da adesão à UE

Em 19 e 20 de outubro de 2023, o CESE organizou o Fórum da Sociedade Civil dos Balcãs Ocidentais, que marcou um elã renovado para a adesão da região à UE, dada a situação geopolítica atual, bem como um compromisso claro dos dirigentes da UE com a política de alargamento.

Os representantes das organizações da sociedade civil salientaram a necessidade de reforçar e proteger o espaço cívico, a fim de facilitar as reformas socioeconómicas essenciais para aderir à UE.

O fórum, organizado em cooperação com a Comissão Europeia, a [Fundação Europeia para a Formação](#), o [Conselho de Cooperação Regional](#) e o [Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional](#) (Cedefop), realizou-se em Salónica, na Grécia.

Na alocução de abertura, o presidente do CESE, **Oliver Röpke**, declarou: «O CESE tem sido parte integrante do processo de alargamento da UE e

orgulho-me por constatar que estamos a ir mais longe no nosso apoio. Com efeito, há apenas algumas semanas, o CESE tomou a decisão histórica de abrir as suas portas aos países candidatos à adesão à UE, ao nomear membros por esses países».

A vice-presidente da Comissão Europeia responsável pela Democracia e Demografia, **Dubravka Šuica**, afirmou: «Gostaria de dizer aos países dos Balcãs Ocidentais que o nosso presente e o nosso futuro estão intimamente ligados. Aplaudo a iniciativa do CESE de incluir membros pelos países candidatos à adesão no seu trabalho consultivo. É o primeiro órgão da União Europeia a fazê-lo.»

Os oradores, provenientes de várias organizações da sociedade civil e ONG de todos os países dos Balcãs Ocidentais, abordaram os desafios que as organizações da sociedade civil enfrentam, como o carácter esporádico das consultas, o declínio acentuado na cooperação com os governos e a participação limitada no processo de acompanhamento e execução das políticas europeias.

O fórum foi também ocasião para debater a situação do sistema educativo, a política para a juventude e o desenvolvimento de competências nos Balcãs Ocidentais, nomeadamente a educação de adultos, a aprendizagem ao longo da vida e o ensino e formação profissionais.

A terceira sessão foi dedicada ao contributo da sociedade civil para a aplicação da Agenda Verde para os Balcãs Ocidentais.

A [declaração final](#) adotada pelos participantes no fórum constituirá um marco importante rumo à Cimeira UE-Balcãs Ocidentais, que se realizará em dezembro. (at)



Água: podemos dar-nos ao luxo de não fazer nada? CESE apresenta plano de ação do Pacto Azul Europeu

Em 26 de outubro, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) apresentou o seu [plano](#) para uma estratégia global da UE no domínio da água. O CESE está na linha da frente, enquanto primeira instituição europeia a tomar medidas concretas para fazer face à crise da água. As suas propostas contemplam, nomeadamente, a criação de rótulos relativos ao consumo de água, a instituição de um fundo para uma transição azul, o estabelecimento da condicionalidade no domínio da água para o financiamento da UE e a designação de um comissário europeu para a água.

Estima-se que o custo da inação no domínio da água seja [cinco vezes superior ao custo das medidas necessárias](#), o que implica uma desvantagem significativa para as empresas no plano financeiro. A Europa tem uma oportunidade única para transformar os desafios relacionados com a água em oportunidades de desenvolvimento tecnológico, progresso social e crescimento empresarial. No entanto, a fragmentação da abordagem atual não permite fazer face à escassez de água, à poluição e às alterações climáticas.

O presidente do CESE, **Oliver Röpke**, apresentou uma [declaração política](#) com um conjunto de princípios e ações concretas para executar o Pacto Azul. «A água é a máxima prioridade», declarou. «Precisamos de aprender com os erros que cometemos no domínio do clima, da energia e das matérias-primas críticas e adotar uma estratégia exclusiva para o domínio da água, em pé de igualdade com o Pacto Ecológico Europeu.»

Pernille Weiss, deputada ao Parlamento Europeu, apoiou este apelo à ação e sublinhou a necessidade de alcançar uma verdadeira resiliência hídrica à escala da UE. **Virginijus Sinkevičius**, comissário europeu do Ambiente, Oceano e Pescas, elogiou a iniciativa do CESE, que coloca a gestão da água doce no centro das atenções da UE.

O CESE pretende intensificar a pressão sobre as instituições da UE e os Estados-Membros para que adotem uma estratégia integrada para a água, tendo em vista a iniciativa da Comissão Europeia sobre a resiliência hídrica em 2024. Além disso, elaborará pareceres sobre aspetos específicos do Pacto Azul.

Mariana Mazzucato, copresidente da Comissão Mundial para a Economia da Água, alertou que a inação na crise da água prejudica o combate às alterações climáticas e a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Pedro Arrojo Agudo**, relator especial das Nações Unidas, sublinhou que a água, enquanto bem comum, exige uma governação democrática, assente na sustentabilidade e nos direitos humanos.

O CESE destaca o papel da UE na resposta à crise mundial da água e prevê apelar para a ação internacional no domínio da água por ocasião da COP 28, que terá lugar no próximo mês de dezembro. (gb)



Sociedade civil sob pressão na Europa – Conclusões do último relatório sobre o Estado de direito

O mais recente [relatório](#) do Grupo Eventual para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito do Comité Económico e Social Europeu (CESE) destaca os desafios cada vez maiores que a sociedade civil enfrenta na Europa. O relatório foi apresentado em 7 de novembro na conferência do grupo eventual dedicada à situação atual do Estado de direito e respetivo impacto no espaço cívico.

A quarta conferência anual do CESE sobre os direitos fundamentais e o Estado de direito analisou as tendências e os desafios emergentes, bem como o papel indispensável da sociedade civil na monitorização e defesa do Estado de direito, com base no relatório do grupo eventual e no

relatório de 2023 da Comissão Europeia sobre o Estado de direito.

O presidente do CESE, **Oliver Röpke**, salientou a importância de defender a liberdade, a democracia e os direitos humanos, propondo a criação de um Fórum da Sociedade Civil sobre Direitos Fundamentais e Estado de Direito. O comissário da Justiça, **Didier Reynders**, mencionou o papel vital da sociedade civil na defesa do Estado de direito, apelando para que seja protegida, apoiada e capacitada.

A quarta edição do [relatório da Comissão sobre o Estado de direito](#) foi adotada em julho de 2023. À semelhança da edição de 2022, o relatório contém recomendações específicas por país para cada Estado-Membro. O relatório deste ano também avalia os progressos realizados na execução das recomendações efetuadas no relatório anterior, dois terços das quais foram plena ou parcialmente executadas, de acordo com a Comissão.

Na conferência, o Grupo Eventual para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito do CESE apresentou o seu [relatório](#), baseado em visitas aos seguintes países: Grécia, Finlândia, Portugal, Eslováquia, Eslovénia e Suécia em 2022. O relatório revela que nenhum Estado-Membro está isento de desafios, identificando tendências e ameaças prementes aos direitos fundamentais e ao Estado de direito na Europa. Tais desafios incluem os obstáculos enfrentados pelas organizações da sociedade civil no acesso a financiamento, a transformação socioeconómica em curso no setor da comunicação social e as questões recorrentes relativas à celeridade da justiça – todos esses obstáculos estão presentes em diversos países europeus.

Paul Soete, presidente do Grupo Eventual para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito, apelou para mais apoio a nível nacional e da UE, a fim de salvaguardar o espaço cívico e a democracia no seu conjunto.
(gb)



CESE participa no Comité da Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas

Os membros do CESE **Peter Schmidt, Andreas Thurner, Piroska Kállay e Maurizio Reale** participaram na 51.ª reunião plenária do Comité da Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas, que teve lugar em Roma. A segurança alimentar mundial é uma preocupação global crucial que transcende as fronteiras, afetando o bem-estar de milhares de milhões de pessoas e a estabilidade das nações. Face ao crescimento contínuo da população mundial e aos desafios sem precedentes que as alterações climáticas colocam à agricultura, tornou-se extremamente urgente garantir a segurança alimentar.

O CESE apelou para a criação de um [conselho europeu de política alimentar](#), que contribuiria para uma abordagem participativa da elaboração das políticas e instou os participantes a tomarem as medidas que se impõem para controlar a [especulação alimentar](#). (ks)



Pacote Produtos Farmacêuticos: UE tem de ser mais estratégica

A revisão há muito aguardada da legislação europeia para produtos farmacêuticos pode oferecer benefícios aos europeus, mas devia prestar mais atenção à autonomia estratégica.

O CESE congratula-se com a revisão proposta do quadro europeu para produtos farmacêuticos, mas gostaria que tivesse sido dada maior ênfase a questões sociais e geopolíticas mais amplas, além de assegurar que a indústria se mantém competitiva e atrai investimento.

«Temos de alcançar a autonomia estratégica e, para isso, é necessário garantir a segurança do abastecimento. Devem ser criados incentivos administrativos e financeiros», afirmou **Martin Schaffenrath**, relator do [parecer do CESE sobre a proposta da Comissão](#). «Necessitamos de investimento neste setor. Necessitamos de um apoio sustentável a este

domínio. E necessitamos de relocalizar a produção em território europeu.»

A indústria farmacêutica é um agente económico fundamental na UE, empregando diretamente 840 000 pessoas e indiretamente três vezes mais. Em 2021, a indústria investiu 41 mil milhões de euros em investigação e inovação. O parecer deixa claro que o apoio ao setor, enquanto pilar da alta tecnologia na economia da UE, deve estar no centro da abordagem a longo prazo da União.

Para reduzir a dependência de países terceiros, o CESE apoia os incentivos aos fabricantes de produtos farmacêuticos da UE e defende a relocação da produção a partir de países terceiros. Propõe igualmente a criação de uma reserva europeia de contingência para medicamentos de importância estratégica. Tendo em vista uma autonomia estratégica equitativa, o CESE recomenda o alargamento das aquisições conjuntas de medicamentos na UE, remetendo para o exemplo bem-sucedido da aquisição de vacinas contra a COVID-19.

No tocante à importância social desta revisão regulamentar, o parecer propõe um fundo especial da UE para as doenças raras, que garanta o acesso ao tratamento para todos os doentes europeus e atenuar as disparidades em matéria de cuidados de saúde entre os Estados-Membros, especialmente quando o seguro de saúde obrigatório não cobre todos os custos de tratamento. (dm)



Responsabilidade empresarial moderna pode permitir às empresas impulsionar a transição

As micro, pequenas e médias empresas (MPME) necessitam de um apoio mais eficaz e mais bem estruturado à transição para práticas empresariais sustentáveis

Num [parecer de iniciativa](#), o CESE centra-se no conceito de responsabilidade empresarial moderna, no papel das MPME na promoção dos seus princípios e na necessidade de os legisladores criarem um ambiente que facilite a sua plena adoção pelas empresas.

O CESE define responsabilidade empresarial moderna como uma abordagem proativa e voluntária de uma empresa em matéria de sustentabilidade económica, social e ambiental que vai além das suas obrigações legais. O parecer salienta os desafios enfrentados pelas MPME nos seus esforços para adotar estas práticas. Como solução, o CESE recomenda a formação de alianças entre as MPME que promovam as aptidões e competências cruciais para esta transição. A colaboração

entre associações patronais, sindicatos, organizações setoriais, associações e sociedade civil é fundamental para enfrentarmos todos juntos estes desafios.

Ao mesmo tempo que salienta a necessidade de uma abordagem ampla e pragmática, o CESE reconhece que a realidade das MPME é muito diversa, pelo que rejeita uma solução única aplicável a todos os casos. Os relatores **Ferre Wyckmans** e **Milena Angelova** frisam a necessidade de uma reflexão proativa, o que requer o apoio dos parceiros sociais e dos decisores políticos.

O CESE defende um quadro estratégico de apoio que evite a imposição de obrigações complexas e assegure a concentração dos recursos na responsabilidade empresarial ao nível de base. O parecer recomenda a criação de instrumentos práticos, como listas de verificação, modelos, calculadoras e análises de cenários alternativos, que as MPME possam utilizar para desenvolver as suas atividades em consonância com a responsabilidade empresarial moderna e para comunicar os seus compromissos e realizações nessa matéria.

O relator **Rudolf Kolbe** insiste na integração da responsabilidade em todos os processos empresariais, alargando este conceito aos trabalhadores independentes, e sublinha a importância do desenvolvimento profissional contínuo.

O CESE salienta que o conceito de responsabilidade empresarial também evolui ao longo do tempo, o que assegura uma gestão proativa e prospetiva das alterações a longo prazo no domínio digital, ecológico e demográfico, reforçando a resiliência durante as crises. (dm)



Planos nacionais de recuperação e resiliência: investimento social aumenta, mas resta ainda um longo caminho a percorrer

Em 8 de novembro, o CESE organizou uma conferência em Bruxelas centrada na dimensão social dos planos nacionais de recuperação e resiliência (PRR) financiados pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), o instrumento financeiro de maior envergadura da UE.

O MRR visa promover a coesão social e atenuar o impacto da pandemia na sociedade. No entanto, restam ainda lacunas nos PRR, nomeadamente um investimento desigual entre Estados-Membros nos programas sociais, uma consulta inadequada dos parceiros sociais e uma dimensão de género insípida.

O presidente do CESE, **Oliver Röpke**, destacou a necessidade de novas medidas para corrigir os desequilíbrios nos programas sociais financiados pela UE, em especial na habitação, formação e educação. **Evelyn Regner**, vice-presidente do Parlamento Europeu, salientou a dimensão social desigual dos PRR, destacando a eficácia do mecanismo assente em marcos nos países que contam com uma participação forte dos parceiros sociais.

Nicolas Schmit, comissário europeu do Emprego e Direitos Sociais, preconizou que os fundos não afetados pudessem ser investidos na habitação, salientando que, embora o MRR tivesse aumentado as capacidades de investimento social na UE, os Estados-Membros enfrentam problemas em matéria de habitação que urge remediar.

Os participantes na conferência criticaram as disposições em matéria de género constantes do MRR, considerando-as desadequadas e aquém dos compromissos da UE com a igualdade de género. No debate, reconheceu-se que havia projetos em curso em alguns Estados-Membros que poderiam reforçar a igualdade de género a longo prazo, mas sublinhou-se a necessidade de uma abordagem mais robusta e abrangente para tratar as dimensões social e de género nos PRR.

A conferência focou vários aspetos desses planos, nomeadamente a coesão social e a dimensão da juventude, com destaque especial para as medidas dos programas dos PRR destinadas aos jovens em matéria de educação. Os participantes sublinharam a necessidade de estratégias mais abrangentes para facilitar a transição do ensino para o mercado de trabalho e salientaram a importância de proporcionar aos jovens uma plataforma para participarem ativamente nas decisões que moldam o seu futuro. (II)



Igualdade de género na UE ainda avança a passo de caracol

Apesar dos muitos avanços recentes e dos níveis recorde que o Índice de Igualdade de Género da UE atingiu este ano, há ainda muito a fazer em muitos domínios para que as mulheres usufruam dos mesmos direitos que os homens.

Em 25 de outubro, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) realizou um debate sobre a igualdade de género no âmbito da Semana Europeia da Igualdade de Género – um evento anual organizado pelo Parlamento Europeu que visa pôr em relevo os esforços contínuos da UE para colocar as mulheres no centro da legislação.

Embora se verifiquem vários progressos, a situação está longe de ser satisfatória. Em 2023, o Índice de Igualdade de Género da UE registou a maior subida anual de sempre, elevando a pontuação da UE para 70,2

pontos, segundo comunicou esta semana o Instituto Europeu para a Igualdade de Género.

Evelyn Regner, vice-presidente do Parlamento Europeu, afirmou que continua a haver segregação no mercado de trabalho, dado que as mulheres predominam nos setores com salários mais baixos e os homens ocupam principalmente os setores que se caracterizam por salários mais elevados. Salientou a urgência de combater as desigualdades de género, especialmente assegurando a igualdade de oportunidades de emprego. **Helena Dalli**, comissária da Igualdade, destacou os esforços empreendidos pela UE ao longo dos últimos quatro anos para proteger os direitos das mulheres, nomeadamente a apresentação de propostas legislativas sobre a discriminação salarial e sobre a representação das mulheres nos conselhos de administração das empresas.

Oliver Röpkke, presidente do CESE, reiterou o compromisso do CESE em integrar a igualdade de género em todos os trabalhos políticos e incentivou a liderança feminina no CESE. O CESE participará novamente na [Semana Europeia da Igualdade de Género](#), organizando debates sobre o impacto da crise climática na igualdade de género, a violência contra as mulheres e a desigualdade de género no acesso aos mercados



Conectar a UE 2023: Desinformação e falta de interesse são as principais razões para a fraca participação nas eleições europeias

O impacto da desinformação nas eleições de 2024 para o Parlamento Europeu e as vias para assegurar que a sociedade civil desempenha um papel mais concreto na promoção desse exercício eleitoral, com especial destaque para os jovens, foram os principais temas debatidos no Seminário «Eleições europeias de 2024: porquê votar?», organizado pelo CESE em Bratislava, em 23 e 24 de novembro.

A Autoridade Europeia do Trabalho foi a anfitriã do evento, organizado em parceria com o Conselho Económico e Social da Eslováquia e com o apoio do Gabinete de Ligação do Parlamento Europeu em Bratislava. O evento reuniu mais de 130 pessoas: membros do CESE, assessores de

comunicação e imprensa das organizações da sociedade civil, jornalistas e representantes dos conselhos económicos e sociais de sete Estados-Membros.

Os debates decorreram ao longo de dois dias e revelaram que as campanhas de mobilização dos eleitores só terão um verdadeiro impacto se os europeus tiverem informação sobre a forma como as decisões da UE afetam as suas vidas. As mensagens devem ser adaptadas a cada país da UE e os obstáculos à participação dos jovens na política devem ser combatidos com carácter de urgência.

A fim de incentivar uma forte afluência às urnas, é fundamental combater eficazmente a desinformação e encorajar uma comunicação clara e sólida sobre o que está em jogo, permitindo aos eleitores sentir o compromisso dos dirigentes políticos que os representarão na UE.

Na abertura do seminário, o presidente do CESE, **Oliver Röpke**, declarou: «Se quisermos que as eleições de 2024 sejam bem-sucedidas, todos nós – as instituições da UE, os meios de comunicação social e os especialistas em comunicação – temos de trabalhar em conjunto para reforçar a sensibilização, a fim de combater a desinformação e, mais importante ainda, aproximar a Europa dos seus cidadãos. O mais importante é que os cidadãos saibam que estas eleições lhes dizem respeito.»

Oliver Röpke e a delegação do CESE visitaram igualmente o centro de investigação Jan Kuciak e prestaram homenagem ao jornalista Jan Kuciak, assassinado em 2018 por ter exposto um escândalo de corrupção ao mais alto nível no seu país. (II)



Projeção do filme «Until the last drop» [Até à última gota], com a presença da realizadora polaca Ewa Ewart

O Comité Económico e Social Europeu organizou uma sessão de projeção do filme «Until the last drop» [Até à última gota] sobre o agravamento da crise de água doce, com a presença da realizadora polaca Ewa Ewart. Esta sessão integra-se numa série de eventos do CESE sobre o tema dos recursos hídricos, que culminou na conferência «Apelo “Em prol de um Pacto Azul Europeu”», em que o Comité defendeu a sua estratégia para a UE em matéria de água.

«Água é vida. Temos de proteger este recurso e cuidar dele porque sem água não há vida no nosso planeta», afirmou **Ewa Ewart** na apresentação do seu documentário sobre a água, em 24 de outubro, em Bruxelas.

Oliver Röpke, presidente do CESE, abriu a sessão, que contou também com a participação de **Laurențiu Plosceanu**, vice-presidente do CESE, e de **Pietro De Lotto**, membro que liderou a iniciativa do CESE em prol de um Pacto Azul Europeu. Assistiram à projeção do documentário mais de 100 convidados, incluindo membros do Comité, representantes das instituições da UE e jornalistas.

Os filmes de Ewa Ewart abordam questões difíceis e sensíveis. Os seus enredos desenrolam-se frequentemente na fronteira entre a vida e a morte, falam de pessoas e de guerras. «“Until the last drop” também é

um filme sobre a guerra», asseverou.

«Uma guerra diferente, a mais estúpida de todas. É a história da guerra que o ser humano declarou à água, fonte de vida, em nome do progresso. Mas também da esperança que podemos encontrar nos nossos rios: a principal fonte de água doce e limpa de que necessitamos para viver. Todos os dias cada vez mais pessoas tomam consciência de que já não temos muito tempo antes que seja tarde de mais para mudar a forma como gerimos a água, o nosso recurso mais precioso.» (chefe de redação)



CESE celebra 65.º aniversário

Para celebrar o seu 65.º aniversário, o CESE organizará um debate com a participação de oradores proeminentes e representantes de alto nível.

O debate «EESC@65: Capacitar a sociedade civil, defender a democracia» terá lugar na quarta-feira, 13 de dezembro de 2023, durante a reunião plenária do CESE, às 17h30m, e será transmitido em direto no sítio Web oficial do CESE.

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Necessidades das PME europeias

Por Stefano Mallia (presidente do Grupo dos Empregadores do CESE), Gerardo Cuerva (presidente da Confederação Espanhola de Pequenas e Médias Empresas) e Petri Salminen (presidente da SMEUnited)

Nos últimos anos, as micro, pequenas e médias empresas (MPME) europeias tiveram de enfrentar as crises mundiais mais graves desde a Segunda Guerra Mundial, mas mostraram-se resilientes. A Europa não se pode dar ao luxo de permitir que as suas PME sejam incapazes de fazer face às mudanças em curso. Apresentamos em seguida uma síntese dos principais desafios que as PME europeias enfrentam.

A profusão regulamentar prejudica as PME. Por esse motivo, apelamos à UE para que cumpra o compromisso assumido no âmbito do pacote de apoio às PME de adotar medidas para assegurar que a legislação tem em conta as necessidades e as especificidades das pequenas empresas.

O acesso às competências constitui outro grande desafio para as PME europeias, que se deparam com enormes problemas no recrutamento de pessoal devido às alterações demográficas. Há que agir e adotar medidas em todos os domínios.

O acesso fácil ao financiamento é um terceiro desafio para os próximos anos. Para o superar há que facilitar o acesso das PME europeias a sistemas de financiamento e mercados alternativos e criar regulamentação que incentive o investimento nas pequenas empresas. Importa também combater o flagelo dos atrasos de pagamento.

O apoio às empresas na dupla transição ecológica e digital, que não pode ser levada a cabo sem as PME europeias, representa um enorme desafio. Por esta razão, as instituições da UE devem associar as PME a esse processo e incentivá-las a desempenhar um papel de liderança.

Apelamos igualmente para que se proceda a uma reavaliação dos progressos realizados na consecução dos objetivos fixados no Pacto Ecológico. Consideramos que tal exercício é necessário para assegurar que os objetivos estabelecidos são, de facto, alcançáveis e, caso não o sejam, para encetar debates com as empresas privadas, a fim de estabelecer novos objetivos com prazos realistas.

Nada do que precede será possível sem um quadro económico estável que gere certeza. Face às mudanças constantes no equilíbrio económico e comercial, e num momento em que a Europa enfrenta sérios desafios de competitividade, temos de criar um mercado único que permita às PME realizar todo o seu potencial.

Leia o [artigo completo](#).



Competitividade sustentável: a perspetiva dos trabalhadores

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

«Competitividade sustentável» soa a mais uma moda de Bruxelas, mas não é só isso. A competitividade é geralmente vista como a obsessão dos empregadores, que querem ambientes favoráveis para que as empresas possam prosperar. Ora, é escusado dizer que a prosperidade das empresas também é muito importante para os trabalhadores.

E onde é que entra a sustentabilidade? Há muitas maneiras de conseguir uma vantagem competitiva. Uma empresa pode ser mais eficiente, inovar nos seus métodos de produção, ajudar a desenvolver melhores tecnologias, formar o pessoal e melhorar as condições de trabalho. Ou pode ganhar aos seus rivais explorando lacunas na legislação, poluindo o

ambiente ou encontrando formas de pagar menos aos trabalhadores – como no caso da economia das plataformas.

Ou seja, a competitividade sustentável é prioritária tanto para os trabalhadores como para os cidadãos em geral, ao assegurar que a competitividade é um processo que melhora a sociedade, e não um nivelamento por baixo. É melhor para todos a longo prazo, já que todos (até ver) precisamos do planeta. E também é do interesse dos empregadores: não só lhes proporciona estabilidade ambiental e social como encoraja uma concorrência leal e respeita o trabalho das empresas honestas.



Pacto Ecológico Europeu: CESE acolhe primeiro diálogo no domínio ecológico de Maroš Šefčovič

Pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE

Maroš Šefčovič, vice-presidente executivo da Comissão Europeia, escolheu a nossa conferência «[Capacitar os consumidores face às alterações climáticas](#)» para o primeiro dos seus «Diálogos no domínio ecológico», anunciados na sua audição perante a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar do Parlamento Europeu para o cargo de comissário europeu responsável pelo Pacto Ecológico, em outubro.

A conferência, organizada pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil, contou com cerca de 140 participantes, incluindo representantes nacionais e europeus de organizações da sociedade civil e decisores políticos europeus. No evento foi apresentado um estudo encomendado

pelo CESE sobre [o custo das alterações climáticas para os agregados familiares e as famílias na UE](#).

Também se salientou o papel dos consumidores e a necessidade de realizar uma transição ecológica inclusiva e sustentável do ponto de vista ambiental, social e económico, o que exige políticas específicas e cooperação entre todas as partes interessadas.

Na abertura do evento, **Séamus Boland**, presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil, afirmou que o grupo tinha acolhido com agrado o anúncio de Maroš Šefčovič sobre os diálogos no domínio ecológico. «É uma honra que tenha escolhido a nossa conferência para realizar o seu primeiro diálogo no domínio ecológico.»

Maroš Šefčovič afirmou que tenciona realizar regularmente diálogos no domínio ecológico para cultivar e reforçar o apoio público ao Pacto Ecológico Europeu. «Queremos mostrar que não só dispomos de soluções jurídicas, mas também escutamos e nos interessamos, e estamos sempre dispostos a trabalhar com as partes interessadas para encontrar soluções equilibradas. Estas soluções ajudar-nos-ão a combater as alterações climáticas, a ser socialmente responsáveis e a criar empregos de elevada qualidade na Europa. O Comité, juntamente com o vosso grupo, constitui um excelente fórum para estes diálogos.»

[Continue a ler](#) para saber mais sobre os debates. As conclusões e recomendações da conferência estão disponíveis no [sítio Web do CESE](#).

VOU VOTAR, VENHA TAMBÉM!



Eleições europeias de 6 a 9 de junho de 2024. Vou votar, venha também!

O boletim CESE Info terá uma nova rubrica intitulada «Vou votar, venha também!», de dezembro de 2023 a junho de 2024, com os pontos de vista dos nossos convidados sobre o modo e a importância de participar nas eleições europeias. O nosso primeiro convidado é Robert Sermek, chefe do Gabinete de Ligação do Parlamento Europeu na Eslováquia.

Robert Sermek gere uma equipa de sete pessoas e é responsável pela aplicação das estratégias de comunicação do Parlamento a nível nacional e pela divulgação do trabalho do Parlamento Europeu e dos respetivos deputados junto dos cidadãos eslovacos. Trabalha no Parlamento Europeu desde 2007. Foi chefe de projeto para produtos audiovisuais nas campanhas de comunicação à escala da UE para as eleições europeias de 2014 e 2019, bem como coordenador editorial dos serviços audiovisuais

do Parlamento. Antes de trabalhar na administração da UE, foi jornalista e correspondente da agência noticiosa eslovaca TASR e, mais tarde, da Rádio Eslovaca em Bruxelas, durante o período crucial das negociações de adesão da Eslováquia à UE e à OTAN.



«Eis porque não deve deixar de votar nas eleições europeias de 2024»

Por Robert Sermek

No próximo ano, entre 6 e 9 de junho, mais de 400 milhões de cidadãos da UE terão a oportunidade de eleger os deputados ao Parlamento Europeu e de moldar o futuro da União Europeia. No entanto, este exercício democrático único é frequentemente apresentado como menos pertinente e menos importante.

Tive recentemente o privilégio de participar num seminário de comunicação sobre as eleições europeias de 2024, organizado pelo Comité Económico e Social Europeu. Teve lugar em Bratislava, na Eslováquia, e a escolha do local não foi um acaso. De todos os Estados-

Membros, a Eslováquia é o país que apresenta a taxa de abstenção mais alta.

O seminário procurou encontrar uma resposta a uma pergunta muito simples: porquê votar nas eleições europeias? Começarei por contrapor: porque não? Votar é sempre um ato importante, seja a nível local, nacional ou europeu. É a oportunidade por excelência para ter uma palavra a dizer sobre assuntos que nos são caros.

Em junho de 2024, vamos escolher 720 deputados ao Parlamento Europeu, também chamados «eurodeputados». Nos próximos cinco anos, serão esses 720 políticos que decidirão sobre a legislação da

UE, em matérias que têm um impacto direto na nossa vida quotidiana em praticamente todas as áreas, do ambiente, segurança e migração aos direitos dos consumidores, passando pela economia. Nem todos concordam necessariamente com todas as decisões tomadas a nível da UE, mas essas decisões têm um impacto real nas nossas vidas. Compreender esse impacto ajuda a clarificar a importância de votar e de ter uma palavra a dizer e que não votar significa, na verdade, que deixamos outra pessoa decidir por nós.

Outro elemento muitas vezes subestimado das eleições europeias é o seu impacto no rumo geral futuro da UE e na composição das suas instituições.

Após as eleições de junho, os chefes de Estado e de governo terão de nomear o próximo ou a próxima presidente da Comissão. Ao fazê-lo, devem respeitar o resultado eleitoral e nomear um candidato que represente o partido político mais votado. O novo Parlamento elegerá então o/a presidente da Comissão, o que não é um simples «pro forma». Em 2019, Ursula von der Leyen foi eleita por uma maioria muito pequena. Além disso, os deputados ao Parlamento Europeu submeterão todos os candidatos ao cargo de comissário a uma sessão de perguntas intensa numa audição pública de três horas antes de elegerem o colégio de comissários no outono de 2024. O impacto do nosso voto na configuração futura das instituições da UE é, assim, evidente, indo muito além da mera composição do Parlamento Europeu.

Mas como podemos convencer os cidadãos? Os serviços de comunicação do Parlamento Europeu têm feito campanha desde o início de 2023. A primeira fase da campanha de comunicação, politicamente neutra e imparcial, foi dedicada à «execução»: o que a UE fez pelos seus cidadãos e o impacto que teve nas suas vidas nos últimos quatro anos. Nas próximas semanas, avançaremos gradualmente para o discurso sobre a «democracia», frisando a importância do voto.

Obviamente, o Parlamento Europeu não pode fazer esta campanha sozinho, nem o fará. Estamos a trabalhar com os voluntários e cidadãos ativos que aderiram à nossa comunidade «together.eu», pelo que convido desde já todos os leitores a familiarizarem-se com esta iniciativa e a inscreverem-se nela. Podem aderir enquanto indivíduos ou organização da sociedade civil.

Precisamos do maior número possível de parceiros, inclusivamente do Comité Económico e Social Europeu. Precisamos de organizações da sociedade civil, sindicatos, grupos de interesse social e associações empresariais. Em conjunto, o Comité representa ou pode chegar a mais de 90 milhões de europeus – o que é um poder de voto considerável. Acredito sinceramente que as nossas mensagens pré-eleitorais podem chegar a esses eleitores com a vossa ajuda e colaboração.

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)
Laura Lui (ll)

Colaboraram nesta edição

Christian Weger (cw)
Daniela Marangoni (dm)
Daniela Vincenti (dv)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)

Katerina Serifi (ks)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Margarita Gavanis (mg)
Margarida Reis (mr)
Millie Tsoumani (mt)
Pablo Ribera Paya (prp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiatto (gb)

Technical support
Bernhard Knobloch (bk)
Joris Vanderlinden (jv)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

11/2023